



Escravismo no Brasil

Francisco Vidal Luna
Herbert S. Klein

O estabelecimento da escravidão africana no Brasil nos séculos XVI e XVII

Por que os portugueses decidiram importar africanos em massa para o Brasil quando este era uma parte pouco expressiva do império mundial luso e quando as principais instituições desenvolvidas por Portugal no ultramar eram feitorias, e não colônias? Com efeito, os primeiros trinta anos de contato colonial no Brasil encaixam-se melhor nos padrões africanos e asiáticos do que nos moldes coloniais de Madeira e Açores.

De início, a conquista do Brasil e o contato com a nova colônia foram marginais para a grande expansão imperial portuguesa pelo mundo nos séculos XV e XVI. Depois de tomarem posse da região graças a expedições que encontraram o Brasil quando estavam a caminho das Índias Orientais, os portugueses pouco se interessaram pelo desenvolvimento imediato das terras recém-descobertas. Ganhando acesso às riquezas da Ásia assim que abriram uma rota marítima para as ilhas da Indonésia e depois para Índia, Japão e China, os portugueses não viram necessidade de desenvolver o Brasil para algo mais do que ser um empório de produtos tropicais não encontrados na Europa¹. De fato, as primeiras exportações comerciais foram madeiras das quais se extraíam tinturas. O chamado pau-brasil geralmente era cortado por grupos indígenas locais

e embarcado para a Europa sazonalmente, não havendo colonos portugueses que residissem em caráter permanente na América². Degredados e outros portugueses marginalizados começaram a viver no litoral com comunidades indígenas falantes do tupi-guarani e se tornaram os cruciais intermediários culturais que mantiveram vivo o contato com o país natal³. Por cerca de 20 anos após essa exploração e integração oficial ao império português, o Brasil permaneceu um fim de mundo cuja principal forma de contato era o escambo sazonal com grupos indígenas independentes, em um padrão de colonização que reduzia ao mínimo o conflito entre nativos e portugueses⁴.

A situação, porém, não tardou a mudar quando subitamente Portugal se viu confrontado por rivais europeus dispostos a arrancar-lhe esse controle intermitente sobre seus territórios americanos. Mercadores franceses e britânicos começaram a enviar navios para águas brasileiras em busca do lucrativo pau-brasil, e logo usaram a costa como base para atacar as frotas portuguesas das Índias Orientais que cruzavam o Atlântico Sul. Franceses e britânicos chegaram mesmo a estabelecer mais do que acampamentos temporários para extração de madeira no estuário do Amazonas, no nordeste e na baía de Guanabara. O estabelecimento desta última colônia, chamada de França Antártica, finalmente convenceu Portugal de que era imperativo explorar plenamente o Brasil no interesse da segurança de todo o império ultramarino português. Assim, apesar de seus limitados recursos populacionais, os portugueses decidiram empenhar-se em uma colonização abrangente⁵.

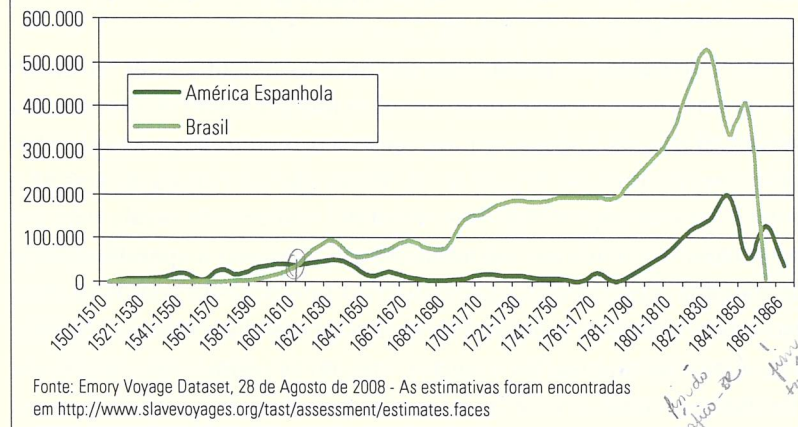
Como os portugueses já possuíam vasta experiência com escravos africanos em suas ilhas atlânticas e já tinham pronto acesso a mercados africanos de mão de obra, uma vez tomada a decisão de explorar a colônia americana, o recurso ao braço africano foi condicionado soamente pela disponibilidade de capital para a importação desses cativos. Por sua vez, esse capital tornou-se disponível graças às receitas provenientes do açúcar exportado para a Europa. Desse modo, em 1600 cativos indígenas estavam sendo substituídos por africanos em todas as regiões litorâneas de grande lavoura, e o padrão da grande propriedade agrícola produzindo gêneros para o mercado europeu com trabalho escravo africano já se consolidara⁶.

A escravidão africana já se desenvolvera nas colônias espanholas do México, Peru, América Central e América do Sul antes da evolução do

*padrão de
uso da escravidão
africana*

modelo brasileiro da grande lavoura escravista. Mas era uma escravocracia que, em muitos aspectos, diferia daquela que os portugueses criariam na América. Quando a população indígena era numerosa e integrada em sistemas sociais complexos, os cativos africanos desempenhavam papéis especiais no desenvolvimento econômico da colônia, trabalhando sobretudo em serviços domésticos e urbanos⁷. Em zonas onde os ameríndios eram esparsos e pouco organizados, ou onde ocorrera um grave declínio demográfico, o braço africano ocupava papel mais proeminente na força de trabalho. Embora ocasionalmente os cativos africanos predominassem em certos setores econômicos individuais, como a mineração de ouro e cobre⁸, eles eram, em grande medida, um elemento minoritário na força de trabalho rural dominada por índios e mestiços. Isso explica por que o tráfico africano, que foi significativo para as colônias continentais da Espanha até meados do século XVII, declinou depois rapidamente, quando as populações de índios e mestiços passaram a expandir-se e suprir as necessidades de mão-de-obra da elite espanhola⁹. Embora a importação de africanos para o Brasil sofresse uma desaceleração em meados do século XVII em razão das invasões holandesas, a tendência de longo prazo foi ascendente, e as entradas de africanos em nenhum momento caíram ao nível das importações da América Espanhola após 1611 (ver gráfico 2.1).

Gráfico 2.1: Estimativa da chegada de escravos africanos na América Espanhola e Brasil, 1561-1860 por quinquênio



Os europeus setentrionais que chegaram à América na esteira dos ibéricos poucas décadas depois do descobrimento tiveram ainda menos índios para explorar do que os espanhóis e portugueses, e não puderam formar uma numerosa força de trabalho indígena cativa, muito menos desenvolver uma complexa organização de mão de obra nativa livre como a usada pelos espanhóis. Tampouco tiveram acesso a metais preciosos para custear a importação de escravos. Porém, ao contrário dos ibéricos no século XVI, contaram com um reservatório de mão de obra europeia voluntária e mais barata e para explorar, especialmente no período de crise do século XVII. Apesar de estarem disponíveis para trabalhar, os camponeses e pobres urbanos não tinham como arcar com a passagem para a América, e pagavam pela viagem vendendo seu trabalho a empregadores americanos mediante contrato por um prazo estipulado, prática conhecida como *indentured labor*. Esse veio a ser o principal meio de obter mão de obra para os europeus setentrionais em seu primeiro meio século de ocupação da América. Os ingleses e os franceses foram os principais a empregar esse trabalho por contrato, e exploraram um significativo reservatório de trabalhadores afetados pelos baixos salários e escassez de oportunidades na economia europeia. Além disso, não se esquivaram a transportar condenados para as colônias. De fato, uma parte significativa dos trabalhadores que emigraram para a América inglesa compôs-se de condenados transportados, complementada em grande medida pela mão de obra contratada pelo sistema *indentured labor*¹⁰. Mas o fim da crise do século XVII na Europa, e especialmente o rápido crescimento da economia inglesa no último quarto do século, criaram um florescente mercado de trabalho naquele continente que resultou na elevação dos custos dos trabalhadores contratados¹¹.

Com o excessivo encarecimento de seus trabalhadores europeus contratados e sem acesso à mão de obra indígena livre ou escrava, era inevitável que os ingleses e franceses recorressem aos escravos africanos, especialmente depois de estabelecerem o cultivo do açúcar e outros gêneros exportáveis que, vendidos em grande escala com lucro no mercado europeu, permitiam-lhes pagar pela dispendiosa força de trabalho. Em sua evolução, o modelo brasileiro da grande lavoura escravista tornou-se comum em muitas partes das colônias inglesas, francesas e holandesas da América. Mesmo as regiões onde não havia *plantations*, como a Nova Inglaterra, dependiam do comércio com as *plantations* escravistas antilhanas para sobreviver.

Após 1650, as áreas anteriormente marginais e negligenciadas do Caribe não tardaram a desenvolver-se como colônias de grande lavoura escravista, e nos séculos XVIII e XIX viriam a ser grandes centros escravocratas. Em todas essas colônias europeias emergentes, utilizou-se o consolidado modelo português da grande lavoura de exportação movida pelo braço africano cativo. A única diferença foi a força de trabalho pré-africana inicialmente empregada. Enquanto os portugueses rapidamente recorreram a cativos indígenas para iniciar seu sistema de *plantation*, as colônias europeias nas Antilhas, que tinham poucos índios para escravizar, viram-se forçadas a recorrer a trabalhadores europeus contratados pelo sistema *indentured labor*. Também elas, como a colônia portuguesa do Brasil em seu primeiro século, não contavam com metais preciosos, e por isso procuraram plantas nativas ou exóticas que pudessem encontrar mercado na Europa. Uma vez estabelecido esse mercado, essas colônias se afastaram das formas alternativas de mão de obra e passaram a alicerçar sua indústria exportadora no trabalho escravo africano. A experiência do desenvolvimento colonial na América portuguesa tornou-se o modelo para todas essas colônias posteriores, havendo inclusive uma transferência direta, para as Antilhas, de cativos brasileiros e da tecnologia brasileira do fabrico de açúcar em meados do século XVII.

Com a decisão de colonizar o Brasil, Portugal precisou encontrar um produto de exportação mais confiável e lucrativo do que o pau-brasil. Nesse contexto, a experiência lusa nos Açores, Madeira e São Tomé mostrou que o açúcar era a cultura ideal para garantir a existência de uma colônia lucrativa. Muito contribuiu para essa decisão o fato de que, na época, os portugueses ainda dominavam o tráfico atlântico de escravos e podiam levar cativos para a América com mais facilidade e a um menor custo do que qualquer outra potência marítima europeia. A fim de mobilizar o capital necessário para abrir essa fronteira americana, a Coroa viu-se forçada a oferecer privilégios extraordinários a empreendedores portugueses abastados. As capitânicas resultantes pareceram-se mais com estados feudais do que com colônias, e relativamente poucas delas foram economicamente bem-sucedidas. Os novos líderes da colônia eram, em sua maioria, homens que haviam obtido sua riqueza inicial no comércio das Índias Orientais e podiam fornecer o capital e o crédito cruciais para a im-

portação das máquinas e técnicos necessários ao funcionamento do regime da grande lavoura açucareira em bases lucrativas. Embora a maioria dos donatários dessas capitanias não chegasse a estabelecer um povoamento viável em seus territórios, alguns tiveram êxito admirável, para o qual o elemento fundamental foi a produção de cana-de-açúcar para o mercado europeu. Assim, na década de 1550 nasceu o primeiro sistema de *plantation* do Novo Mundo, um sistema que logo dominou os mercados açucareiros da Europa e efetivamente pôs fim à importância dos produtores das ilhas do leste do Atlântico¹².

O Brasil não foi a primeira zona americana a produzir açúcar, pois Colombo já levava esse produto para Santo Domingo em 1493¹³. Mas a lavoura açucareira em toda aquela ilha, embora inicialmente composta de grandes unidades, declinou posteriormente para pequenas unidades que produziam apenas para mercados locais e regionais. O impetuoso avanço dos colonizadores espanhóis sobre o continente eliminou os incentivos para transformar essas ilhas em zonas de produção em grande escala, apesar da qualidade de seus solos. Inclusive no Brasil, já em 1510 colonos empreendedores haviam começado a plantar cana-de-açúcar¹⁴. Mas a produção sistemática só teve início com o estabelecimento formal das Capitanias Hereditárias. A frota portuguesa de 1532 trouxe especialistas em açúcar dos engenhos da Madeira, e todos os novos governadores, ao tomarem posse de suas regiões, trouxeram mudas de cana da Madeira e de São Tomé. Depois de muitas tentativas e de problemas com ataques de índios, duas zonas destacaram-se inicialmente como os mais lucrativos centros de colonização e produção açucareira: as províncias nordestinas de Pernambuco e Bahia. Na década de 1580, Pernambuco já possuía mais de sessenta engenhos fabricando açúcar para o mercado europeu¹⁵, e nos últimos decênios do século a província tinha fortes ligações com o mercado de Antuérpia. Devido ao interesse inicialmente marginal dos portugueses por essa zona, foi o transporte holandês que desempenhou papel vital na ligação do Brasil com os mercados açucareiros da Europa setentrional, a região das economias europeias de mais rápido crescimento¹⁶. Na década de 1580, a Bahia emergira como o segundo maior produtor, com cerca de 40 engenhos, e as duas zonas produziam aproximadamente três quartos de todo o açúcar do continente¹⁷. Estima-se que por volta de 1600 o Brasil fabricasse anualmente de 8 mil a 9 mil toneladas

métricas de açúcar em cerca de duzentos engenhos, tendo-se transformado no mais importante fornecedor individual para a Europa desse produto em rápida expansão¹⁸.

Os engenhos do Nordeste brasileiro logo se tornaram unidades muito maiores do que seus predecessores das ilhas atlânticas. Em fins do século XVI, os engenhos brasileiros tinham uma produção anual seis vezes maior que a dos engenhos das ilhas atlânticas¹⁹. O aumento da produção média dos engenhos foi viabilizado pela capacidade de expandir significativamente a oferta de cana, não só com produção própria mas também com cana de fornecedores. Com a garantia de oferta de maior quantidade de matéria-prima, foi possível construir engenhos de maior porte, muitos movidos a água. Em fins do século, os brasileiros também desenvolveram um novo tipo de moagem, aumentando efetivamente a porcentagem do caldo extraído da cana: a moenda de três tambores verticais, introduzida em 1617, que elevou substancialmente a produção a um custo reduzido²⁰. Com solos excelentes, a mais avançada tecnologia de beneficiamento e contato próximo com a próspera rede comercial holandesa, o Brasil dominava a produção açucareira no mundo ocidental por volta de 1600. O que fora uma colônia marginalmente povoada que despertava pouco interesse da Coroa agora assumia um papel cada vez mais central no vasto império português, tendo o açúcar como elo crucial entre Portugal, África e Brasil²¹.

Diante da insaciável demanda dos engenhos por mão de obra agrícola não especializada, os brasileiros experimentariam muitas das formas de organização da força de trabalho que seriam tentadas por colonizadores posteriormente, com exceção de trabalhadores europeus contratados pelo sistema de *indentured labor*. Importaram cativos africanos desde o início, mas também procuraram escravizar populações indígenas locais e transformá-las em uma força de trabalho agrícola estável. Os falantes do tupi que ocupavam a região costeira do nordeste viviam em aldeias de várias centenas de pessoas e se dedicavam à agricultura. Portanto, não eram como os grupos seminômades que viviam principalmente da caça encontrados mais no interior, embora produzissem sobretudo para a subsistência e não se assemelhassem aos camponeses andinos e mexicanos, com seus mercados complexos e comércio de longa distância. De início, sua experiência agrícola acenou com a possibilidade de transformar esses índios numa

produção
açucareira:
3/4 da produção
do continente

os
inícios
na ilha

força de trabalho efetiva. Além disso, eles viviam constantemente em guerra, e seus supostos rituais canibalísticos deram aos portugueses um pretexto para dominá-los e escravizá-los.

Os portugueses procuravam converter os índios e pagar-lhes salários, mas o principal modo de extrair trabalho foi transformá-los em cativos. De 1540 a 1570, escravos indígenas foram os principais produtores de açúcar no Brasil e compuseram no mínimo quatro quintos da força de trabalho no nordeste e quase toda a mão de obra nos engenhos de açúcar que se desenvolviam mais ao sul, na região do Rio de Janeiro. Os proprietários obtinham esses cativos comprando-os de outras tribos indígenas ou em ataques diretos. Além disso, incentivavam índios livres a trabalhar por salário e os vinculavam aos engenhos de tal modo que logo deixava de ser possível distinguir entre os escravos e os índios endividados que eram forçados a trabalhar até quitar sua dívida²².

Embora os esforços portugueses nessa área mostrassem que, apesar da fronteira aberta e das guerras constantes com grupos indígenas, era possível criar com índios escravizados ou endividados uma força de trabalho composta de tupis-guaranis da costa, a instituição da escravidão indígena, que então afetava dezenas de milhares de índios, estava fadada ao fracasso. O fator mais importante a tolher o uso predominante da mão de obra indígena foram as doenças endêmicas trazidas pelos portugueses, pois elas se transformavam em epidemias quando afetavam índios. Na década de 1560, no auge da escravidão indígena, eclodiu um grande surto de varíola entre essas populações indígenas nunca antes expostas à doença. Estimou-se que essa epidemia vitimou 30 mil índios residentes em engenhos ou em aldeias missionárias cristãs sob controle português. Essa suscetibilidade às moléstias, combinada à baixa expectativa de vida dos índios, tornava seus preços inferiores aos dos cativos africanos. Quando a isso se aliou a crescente hostilidade da Coroa à escravização dos índios, especialmente depois da unificação das Coroas portuguesa e espanhola ocorrida em 1580, o cativeiro de indígenas tornou-se mais difícil de manter.

Esse declínio na utilidade do trabalho escravo indígena, combinado à crescente riqueza dos senhores de engenho brasileiros, levou ao início das importações em massa de cativos africanos após 1570. Se antes dessa data o nordeste brasileiro possuía poucos escravos africanos, em meados dos anos 1580 só em Pernambuco registravam-se

2.000 cativos africanos, que agora compunham um terço da força de trabalho ocupada na produção açucareira da capitania. A cada década a porcentagem de africanos na população aumentou. Em 1600 quase metade dos cativos eram africanos, e a colônia recebera, até então, aproximadamente 50 mil escravos da África. Nas duas décadas seguintes, os cativos indígenas desapareceram progressivamente dos canaviais, e na década de 1620 a maioria dos trabalhadores na atividade açucareira compunha-se de negros²³.

Inicialmente, no período de 1570-1620 em que se deu a transição para a mão de obra importada da África, os africanos exerceram as funções mais especializadas nos engenhos, trabalhando mais nos processos de beneficiamento do que no cultivo da cana. Como muitos nativos da África Ocidental provinham de culturas com técnicas avançadas de agricultura e metalurgia do ferro, eram muito mais qualificados para tais atividades do que os índios. Além disso, no que respeitava às doenças eles provinham do mesmo meio que os europeus, e a maioria das moléstias que eram epidêmicas para os índios eram endêmicas para os africanos. Portanto, nos quesitos de qualificação, saúde e experiência em trabalho agrícola mais rotinizado, os africanos eram considerados muito superiores aos cativos indígenas, e o diferencial de preço de três para um pago pelos senhores refletia essa percepção. Conforme se avolumou o capital obtido com as vendas de açúcar, deu-se a progressiva mudança para a mão de obra escrava africana por parte de todos os senhores de engenho brasileiros.

Os números mostram que a economia açucareira estava em rápida expansão. Em 1600 o Brasil possuía cerca de duzentos engenhos produzindo um total de 8 a 9 mil toneladas métricas de açúcar por ano, e em meados dos anos 1620 a produção brasileira subira ao patamar de 14 mil toneladas anuais. Isso ocorreu durante um período em que os preços do açúcar na Europa tiveram alta constante. Além disso, a introdução da moenda de três cilindros verticais na segunda década do século XVII reduziu consideravelmente os custos da construção de engenhos e aumentou a quantidade do caldo extraído da cana. Embora aparentemente tenha havido uma queda nos preços na década de 1620, nas duas décadas seguintes os preços retomaram firmemente a alta, enquanto o açúcar brasileiro dominava os mercados europeus. Com isso, as importações de escravos passaram a aumentar drasticamente, e nas décadas

aumento da
produção e aumento
na importação
de escravos.

Q

de 1630 e 1640 chegaram ao Brasil mais escravos do que na América Espanhola. Essa tendência seria mantida até o século XIX.

As décadas intermediárias do século XVII assistiram ao auge da predominância brasileira no mercado europeu do açúcar. Nenhuma outra área açucareira era capaz de competir com o Brasil nessa fase, e o açúcar brasileiro eliminou as ilhas do leste do Atlântico como grandes produtoras. Foi justamente esse monopólio da produção açucareira que despertou a cobiça de outras potências europeias e levou à ascensão de centros produtores alternativos. Os holandeses seriam cruciais para esse novo movimento das *plantations* americanas. Desde os primórdios da produção açucareira na América, no século XVI, eles tinham sido parceiros constantes dos senhores de engenho brasileiros, fornecendo-lhes o imprescindível transporte e comercializando sua produção nos mercados europeus.

Mas a ascensão de outros estados modernos não-ibéricos na Europa do século XVI criou um grupo de rivais que desejavam reproduzir o sucesso de Portugal no comércio asiático e romper seu monopólio da produção açucareira na América. Esse movimento levaria a ataques sistemáticos ao império português. Ao mesmo tempo, mudanças no governo metropolitano teriam um profundo impacto sobre o Brasil. Em 1580, o último rei da Casa Real de Avis morreu sem deixar herdeiro para assumir o trono, e Portugal e seu império passaram ao domínio dos Habsburgos espanhóis. Assim começou o período de "cativo" na história portuguesa: a unificação de Portugal com a Espanha sob Felipe II, que duraria até a rebelião portuguesa de 1640.

De início, essa unificação fortaleceu Portugal e seu império, pois Castela era inquestionavelmente o estado mais rico e poderoso da Europa na segunda metade do século XVI. Mas esse poder acabou sendo a ruína do mundo colonial português, pois expôs Portugal aos inimigos da Coroa espanhola. Além disso, envolveria Portugal em uma guerra com seus parceiros de longa data no comércio açucareiro, os holandeses, que na época se rebelaram contra o domínio espanhol. Em consideração à estreita parceria entre portugueses e holandeses no comércio do açúcar, grande foi o esforço para manter as íntimas relações comerciais apesar de uma ativa rebelião grassar nas províncias holandesas setentrionais a partir de fins da década de 1560 e especialmente depois de meados dos anos 1570. Mas por fim as longas

guerras de independência holandesas tiveram seu impacto sobre essa tradicional parceria comercial. Não só a Espanha acabou apreendendo navios holandeses dedicados ao comércio açucareiro, mas os próprios holandeses, após 1621, decidiram encerrar todo o comércio direto com o Brasil. Esse foi o ano em que os holandeses fundaram a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais para explorar recursos da África e da América e usar a força para conquistar essas regiões.

Embora piratas do norte europeu sistematicamente atacassem o comércio português com a Ásia e a África, foram os holandeses que emergiram em fins do século XVI como os rivais ibéricos mais agressivos, competentes e poderosos. As sete províncias predominantemente protestantes do norte dos Países Baixos, que eram parte do império espanhol desde que o Habsburgo Carlos V ascendera ao trono da Espanha, haviam entrado em uma fase decisiva de suas guerras de independência na década de 1590. Para os espanhóis, essas guerras de independência holandesas revelaram-se um problema longo e desastroso, que foi provavelmente um de seus mais dispendiosos conflitos imperiais. Em 1609 os holandeses haviam praticamente conquistado a independência e estavam em condições de empregar seu avançado sistema comercial e sua predominância no comércio ultramarino europeu para levar a guerra aos confins do império português. Se as possessões na América espanhola eram poderosas demais para serem conquistadas, apesar de várias tentativas realizadas, o mesmo não ocorria com o império português na Ásia, na África e finalmente na América, muito mais vulnerável.

Como era grande o envolvimento dos holandeses com a indústria açucareira do Brasil, a América portuguesa inicialmente ficou a salvo das pretensões imperiais da Holanda. Enquanto os espanhóis não tentaram interferir nesse comércio internacional, tudo correu bem. Mas a guerra contra a Holanda revelou-se longa e sangrenta, e por fim os espanhóis atacaram embarcações holandesas a caminho do Brasil na primeira década do século XVII. Isso pôs fim à neutralidade do Brasil e da África portuguesa no grande conflito imperial. Na última rodada de combates, após o fim da chamada "trégua dos doze anos", em 1621, os holandeses atacaram feitorias portuguesas na África e engenhos no Brasil.

Já em 1602 a Holanda estabelecera sua Companhia das Índias Orientais para apoderar-se do comércio luso de especiarias na Ásia.

Essa competição não foi pacífica, e os holandeses atacaram constantemente navios portugueses e redes comerciais de Portugal no Pacífico. Com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, os holandeses decidiram competir com os portugueses diretamente na África e na América. Em uma campanha sistemática para capturar possessões brasileiras e africanas, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais enviou a primeira de muitas frotas de guerra ao Atlântico Sul em 1624. Os holandeses tomaram temporariamente a cidade de Salvador e, com ela, a Bahia, a segunda maior província açucareira do Brasil. Mas um ano depois, uma esquadra luso-espanhola conseguiu retomar a província. Em 1627 uma segunda frota da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais tentou dominar Recife, principal porto açucareiro do Brasil e centro da província de Pernambuco, a mais rica região canavieira da colônia. Embora fosse rechaçada pelos portugueses, a frota holandesa conseguiu capturar a esquadra espanhola que retornava à Espanha com seu carregamento anual de prata, enriquecendo imensamente os cofres da Companhia.

Outra grande armada foi equipada pela Companhia em 1630, e depois de luta encarniçada os holandeses tomaram Recife e boa parte da província de Pernambuco. Com a posse dessa base de produção açucareira, os holandeses tornaram-se então concorrentes diretos de seus ex-parceiros brasileiros. O próximo passo na competição foi tirar do Brasil o acesso às suas fontes de escravos africanos. Assim, a Companhia montou novas expedições para apoderar-se das possessões portuguesas na África, daí resultando que os holandeses também se tornaram a potência dominante no sistema do tráfico atlântico de escravos. Primeiro capturaram a fortaleza de Elmina, na Costa do Ouro, em 1638; depois Luanda e toda a região costeira de Angola, em 1641²⁴.

A tomada de Pernambuco e das possessões portuguesas na África pelos holandeses afetou a produção açucareira e o sistema escravista no Brasil e no resto da América. Para o Brasil, a ocupação holandesa teve como consequências a substituição de Pernambuco pela Bahia como principal província escravista açucareira, o ressurgimento da escravidão indígena e o decorrente comércio de escravos indígenas pelo interior ajudou a abrir o sertão brasileiro à

Em busca
por ouro e pedras
preciosas.

exploração e ao povoamento Para o resto da América, o Brasil holandês passaria a ser a fonte das ferramentas, técnicas, crédito e cativos que levariam a revolução açucareira às Antilhas, encerrando assim o monopólio brasileiro nos mercados europeus e levando à criação de novas e ricas colônias americanas para a França e a Inglaterra.

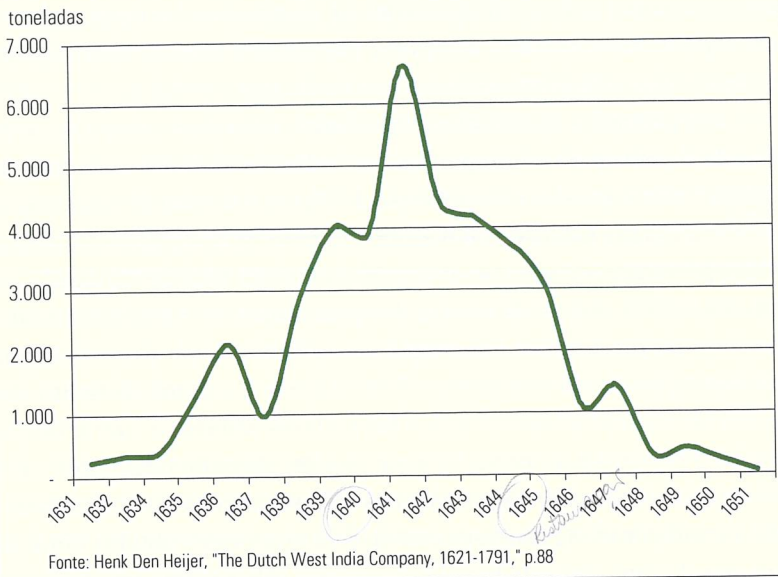
Nos primeiros quinze anos, Pernambuco revelou-se uma fonte de grande riqueza para a Companhia das Índias Ocidentais, e a cidade de Olinda, sob o governo do príncipe de Nassau, tornou-se uma singular comunidade multirracial e multirreligiosa de considerável cultura. Mas a prolongada guerra pelos engenhos interioranos de Pernambuco, especialmente depois da revolta dos produtores em 1645, acarretou o declínio da produção e a emergência da Bahia como principal zona produtora do Brasil (ver gráfico 2.2). Quando o estrangulamento das fontes de cativos africanos pelos holandeses reduziu a oferta de escravos e elevou seus preços, os senhores de engenho brasileiros, com permissão temporária da Coroa, mais uma vez recorreram à escravização de indígenas. Agora esses cativos não eram mais obtidos entre os falantes do tupi, na costa brasileira, mas em tribos sertanejas distantes pertencentes a várias famílias linguísticas. Tribos eram capturadas em expedições de caça a escravos formadas por bandeirantes oriundos da povoação de São Paulo. Os bandeirantes paulistas percorreram todo o interior do Brasil em busca de cativos para remeter à costa e chegaram aos trechos setentrionais da bacia do Rio da Prata. Dessa maneira, boa parte do interior do Brasil foi desbravado, e São Paulo, antes um tosco povoado, expandiu-se para uma próspera povoação. Tudo isso conduziria, em fins do século, a utilização mais intensa da mão de obra escrava indígena no interior brasileiro.

BA supera
PE → império
da guerra de
os holandeses.

26

o tráfico
de escravos
na América

Gráfico 2.2: Exportações de açúcar pelos holandeses a partir de Pernambuco, 1631-1651



Quanto às consequências para o resto da América, o controle de Pernambuco pelos holandeses levou-os a intervir ativamente nas colônias francesas e inglesas das Antilhas. Embora a luta entre holandeses e portugueses no interior reduzisse a importância de Pernambuco como principal produtor açucareiro da região, essa província ainda assim continuou a enviar grande quantidade de açúcar ao mercado europeu e reviveu as redes holandesas de comercialização do produto, as quais haviam sofrido séria ruptura com o fechamento anterior do comércio entre Holanda e Brasil. Como precisavam abastecer suas refinarias em Amsterdã com açúcar da América, especialmente após a drástica queda pós-1645 na produção pernambucana, os holandeses começaram a levar escravos e os mais avançados equipamentos de fabrico do açúcar para os colonos britânicos e franceses no Caribe, cujo açúcar vendiam ao mercado europeu. Na década de 1640, senhores de engenho holandeses com experiência em Pernambuco chegaram a Barbados, Martinica e Guadalupe para introduzir técnicas modernas de moagem e produção. Traficantes holandeses forneciam crédito aos senhores locais para a compra de escravos africanos, enquanto cargueiros holan-

deses das Índias Ocidentais transportavam o açúcar acabado para as refinarias de Amsterdã.

Ainda mais impacto causou a migração de senhores de engenho holandeses com seus escravos para essas ilhas em 1654, quando houve a retomada de Pernambuco pelas tropas portuguesas. Em Guadalupe, cerca de 600 holandeses e 300 cativos chegaram nesse período, e a Martinica recebeu números iguais. Para Barbados emigraram aproximadamente mil. Embora muitos desses novos colonos acabassem regressando à Holanda, um número suficiente deles permaneceu na América e deu um impulso fundamental à indústria açucareira caribenha nos anos 1650. Foram esses imigrantes holandeses que se mostraram decisivos na efetiva implantação do sistema da grande lavoura açucareira nas ilhas²⁵.

Mas a ascensão da economia escravista de grande lavoura nas Antilhas Francesas e Britânicas pôs fim à importância da Holanda como importante fator na produção e comercialização dos gêneros das plantations americanas. Além disso, as várias guerras anglo-holandesas a partir da década de 1650 e as várias tarifas e leis de navegação impostas por britânicos e franceses nesse período acabaram negando aos holandeses o acesso aos mercados imperiais da Grã-Bretanha e da França. Esse crescimento dos impérios francês e britânico também se deu em detrimento da produção açucareira do Brasil e do papel do açúcar brasileiro nos mercados europeus. Não só as ilhas francesas e britânicas equipararam-se ao Brasil na produção do açúcar no primeiro quarto do século XVIII, mas além disso as restrições ao comércio impostas pelas duas potências para dar fim à influência holandesa sobre suas novas colônias também tiveram impacto direto sobre os mercados açucareiros do Brasil. Na primeira metade do século XVIII, Inglaterra e França supriam suas próprias necessidades e também as demandas de açúcar de praticamente todo o norte e leste da Europa. A França, que fora grande consumidora do açúcar brasileiro até a década de 1690, nessa década criou tarifas que eliminaram o açúcar brasileiro do mercado francês. No século XVIII, apenas as melhores qualidades de açúcar barreado brasileiro ainda podiam ser encontradas em qualquer um dos mercados europeus setentrionais, e a maior parte da produção brasileira era vendida apenas no sul da Europa e no Mediterrâneo. Os produtores das Antilhas Francesas eram tão eficientes que logo dominaram

Holanda e mantinha o comércio

Q //

fim da hegemonia holandesa
com o comércio

impacto no Brasil: fechamento de mercados

divulga o mercado mundial

as ilhas da Ant. + m

ul - 10

também esses mercados meridionais, além de eliminar do continente europeu o açúcar mais caro das Antilhas Britânicas²⁶.

A severa restrição aos seus mercados internacionais não aniquilou a importância do Brasil como produtor mundial de açúcar. Apesar da perda da posição monopolista, o contínuo crescimento do consumo europeu, a excelência dos melhores tipos de açúcar branco barreado brasileiro e o crescimento da demanda nos mercados doméstico e imperial garantiram que os engenhos brasileiros mantivessem uma forte presença no mercado mundial. Em 1760 o Brasil ainda se classificava como terceiro maior produtor do mundo, perdendo para as Antilhas Britânicas e Francesas, e era responsável por 17% da produção mundial²⁷. Ao mesmo tempo, no final do século XVII e princípio do XVIII a economia colonial foi revitalizada e transformada pela introdução de novas atividades baseadas no trabalho escravo. Assim, o volume do tráfico africano apresentaria taxas crescentes século adentro.

NOTAS

1. Um bom panorama da expansão de Portugal no século XV encontra-se em A. H. de Oliveira Marques, org., *A expansão quatrocentista* (em Joel Serrão e A. H. de Oliveira, Marques, orgs., *Nova história da expansão portuguesa*, v. 2, Lisboa, Editorial Estampa, 1998). Sobre os produtos desse novo comércio mundial dos portugueses, a melhor fonte continua a ser Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial* (2ª. ed. rev., 4 v. Lisboa, Editorial Presença, 1981-1983). Sobre o impacto de Portugal no comércio do Oceano Índico, ver K. N. Chaudhuri, *Trade and civilization in the Indian Ocean, an economic history from the rise of Islam to 1750* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), cap. 3. Também vale a pena consultar a obra clássica de Charles R. Boxer, *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825* (Londres, Hutchinson, 1969).
2. A mais detalhada análise desse comércio encontra-se em Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670), étude économique* (Paris, SEVPEN, 1960), pp. 118-145. Estima-se que no comércio de pau-brasil, que era monopólio régio, foram exportadas 150.000 toneladas entre 1502-1625, com receitas para a Coroa que representaram entre 1% e 2% do total da renda imperial em qualquer dado ano. Harold Johnson, "Desenvolvimento e expansão da economia brasileira", em Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, orgs., *O império luso-brasileiro, 1500-1620* (em Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, orgs., *Nova história da expansão portuguesa*, v. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1998), pp. 222-223.
3. Sobre os vários indígenas em contato com os portugueses nos séculos XVI e XVII, ver Manuela Carneiro da Cunha, org., *História dos índios no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1992). Sobre as relações comerciais entre índios e portugueses até 1533, ver Filipe Nunes de Carvalho, "Do descobrimento à União Ibérica", em Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, orgs., *O império luso-brasileiro, 1500-1620* (em Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, orgs., *Nova história da expansão portuguesa*, v. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1998), pp. 111-113. Um estudo dos mamelucos

que serviram de intermediários entre os mundos indígena e português encontra-se em Alida Metcalf, *Go-betweens and the colonization of Brasil* (Austin, University of Texas Press, 2005).

4. Um bom exame desse período encontra-se em Harold Johnson, "Portuguese settlement, 1500-1580", em Leslie Bethel, org., *The Cambridge history of Latin America* (11 v., Cambridge, Cambridge University Press, 1984), v. 1, pp. 249-286.
5. Para uma história da França Antártica, ver Vasco Mariz e Lucien Provençal, *Villegagnon e a França Antártica* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000); e Frank Les-tringant, *L'expérience Huguenote au nouveau monde (XVIe siècle)* (Genebra, Librairie Droz, 1996).
6. O estudo clássico sobre a mudança da mão de obra indígena para a africana é Stuart Schwartz, *Sugar plantation in the formation of Brazilian society, Bahia, 1550-1835* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), cap. 2.
7. Um excelente estudo sobre o tipo de escravidão característico dos principais centros urbanos da América espanhola colonial é Frederick P. Bowser, *The African slave in colonial Peru, 1524-1650* (Stanford, Stanford University Press, 1974).
8. Sobre esse papel atípico dos escravos na mineração na América espanhola, ver William F. Sharp, *Slavery in the Spanish frontier: the Colombian Chocó, 1680-1810* (Norman, University of Oklahoma Press, 1976) e Maria Elena Diaz, *The Virgin, the King and the Royal slaves of El Cobre ... Colonial Cuba, 1670-1780* (Stanford, Stanford University Press, 2000).
9. Sobre a evolução da população colonial da América espanhola nesse período, ver Nicolás Sánchez-Albornoz, *La población de América Latina, desde los tiempos pre-colombianos al año 2025* (2ª. ed. rev., Madri, Alianza Editorial, 1994), caps. 4 e 5.
10. Estimou-se que "aproximadamente 50.000 condenados britânicos foram sentenciados à servidão e transportados à força para a América entre 1718 e 1775 [e] que representaram cerca de um quarto de todos os britânicos e metade de todos os ingleses que chegaram à América nesse período". Farley Grubb, "The transatlantic market for British convict labor", *The Journal of Economic History*, 60:1 (Março 2000), p. 94.
11. Sobre o tráfico de trabalhadores vinculados ao sistema *indentured labor* e sua ascensão e queda na América britânica, ver David W. Galenson, *White servitude in colonial America: an economic analysis* (Cambridge, Cambridge University Press, 1981) e os dois ensaios desse mesmo autor sobre o tema, "White servitude and the growth of Black slavery in colonial America", *The Journal of Economic History*, 41:1 (Março 1981) e "The rise and fall of indentured servitude in the Americas: an economic analysis", *The Journal of Economic History*, 44:1 (Março 1984); e Farley Grubb, "The end of European immigrant servitude in the United States: an economic analysis of market collapse, 1772-1835", *The Journal of Economic History*, 54:4 (Dezembro 1994).
12. Sobre o uso de contratos privados e concessões temporárias de governo no estabelecimento das colônias ultramarinas portuguesas e o subsequente estabelecimento do pleno controle régio, ver Francisco Bethencourt, "Political Configurations and local powers", em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800* (Cambridge, Cambridge University Press, 2007), pp. 197-254. Para a evolução dessas capitânias no Brasil, ver a análise de Harold B. Johnson, "Portuguese settlement, 1500-1580", em Leslie Bethel, *The Cambridge history of Latin America* (11 v., Cambridge, Cambridge University Press, 1984), v. 1, pp. 249-286; e os vários ensaios mais recentes em Johnson e Silva, orgs., *O império luso-brasileiro 1500-1620*. Para a evolução da produção açucareira nesse período, ver Stuart B. Schwartz, "A commonwealth within itself: the early Brazilian sugar industry, 1550-1670", em Stuart B. Schwartz, org., *Tropical Babels: sugar and the making of the Atlantic world, 1450-1680*. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004), pp. 158-200.
13. Genaro Rodríguez Morel, "The sugar economy of Espanola in the Sixteenth Century", em Schwartz, org., *Tropical Babels: sugar and the making of the Atlantic world*,

- 1450-1680, p. 87.4. J. H. Galloway, *The sugar cane industry: an historical geography from its origins to 1914* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989), pp. 61-70.
14. J.H.Galloway, *The Sugar Cane Industry: An Historical Geography from its Origins to 1914* (Cambridge University Press, 1989), pp. 61-70.
 15. Sobre os antecedentes no Atlântico e os primórdios da indústria açucareira no Brasil, ver Galloway, *The sugar cane industry*, cap. 4; e as fontes citadas na nota 18.
 16. Sobre a evolução do comércio holandês de açúcar com o Brasil, ver Christopher Ebert, "Dutch trade with Brasil before the Dutch West India Company, 1587-1621", em Johannes Postma e Victor Enthoven, orgs., *Riches from Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping, 1585-1817* (Leiden, Brill, 2003), pp. 49-76.
 17. Schwartz, *Sugar plantations*, p. 19.
 18. A estimativa mais pormenorizada da produção brasileira nos séculos XVI e XVII encontra-se em Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670), étude économique* (Paris, SEVPEN, 1960), pp. 192-257; ver também Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 7.
 19. Baseado nas estimativas em Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*, cap. 3.
 20. Schwartz, *Sugar plantations*, pp. 127-128.
 21. Sobre a evolução da indústria açucareira no nordeste, ver Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle*, pp. 192-201; e Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 7.
 22. A clássica fonte sobre o uso de cativos indígenas na indústria açucareira do nordeste é Stuart B. Schwartz, "Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil", *American Historical Review*, 83:3 (Junho 1978).
 23. Sobre a movimentação de escravos para o Brasil, ver Herbert S. Klein, *The Atlantic slave trade* (2ª. reimpressão, Cambridge, Cambridge University Press, 2002) e Schwartz, *Sugar plantations*, cap. 13.
 24. Sobre a expansão dos holandeses no século XVII e seu conflito com Portugal, ver Charles R. Boxer, *The Dutch seaborne empire, 1600-1800* (Nova York, A. A. Knopf, 1965) e Chaudhuri, *Trade and civilization in the Indian Ocean*, cap. 4, e Jonathan I. Israel, *Dutch primacy in world trade, 1585-1740* (Oxford, Clarendon Press, 1989) e a importante nova coletânea de ensaios organizada por Postma e Enthoven, *Riches from Atlantic commerce*, que inclui estudos sobre a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Sobre a colônia holandesa no Brasil existem numerosos estudos, entre eles o clássico de José Antônio Gonçalves de Mello, *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil* (3ª. ed. rev., Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1987), e Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669* (Rio de Janeiro, Topbooks, 1998). Uma análise recente é a de Leonardo Dantas Silva, *Holandeses em Pernambuco: 1630-1654* (Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2005).
 25. Gabriel Debien, *Les esclaves aux antillais françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)*, (Basse-Terre, Société d'Historie de la Guadeloupe, 1974), p. 178; e sobre o papel crucial que os holandeses tiveram nas origens da revolução açucareira de Barbados nas décadas de 1640 e 1650, ver William A. Green, "Supply versus demand in the Barbadian sugar revolution", *Journal of Interdisciplinary History*, 18:3 (Winter 1988), pp. 409 segs.
 26. O melhor estudo do comércio açucareiro do Brasil durante todo o período colonial encontra-se em Schwartz, *Sugar plantations*, caps. 7 e 15; e sobre o aumento da competição das Antilhas Britânicas e Francesas, ver Galloway, *The sugar cane industry*, caps. 4 e 5.
 27. Manuel Moreno Fraginals, *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar* (3 v., Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1978), v. I, cap. 42. Embora a posição relativa do Brasil declinasse na segunda metade do século XVIII, no período 1815-19 a produção brasileira dobrou para 79 mil toneladas anuais, representando 20% da produção mundial de cana-de-açúcar. Fraginals, *El ingenio*, v. 2, p. 173.

A escravidão e a economia no século XVIII

O crescimento do sistema de *plantation* nas Antilhas no século XVII e início do século XVIII não pôs fim à indústria açucareira do Brasil nem ao próspero sistema escravista no qual se assentava a economia brasileira. No entanto, a ocupação holandesa e o subsequente desenvolvimento da indústria açucareira antilhana afetaram gravemente a economia colonial brasileira. Não só grande parte da indústria açucareira de Pernambuco foi destruída, levando depois um longo tempo para se recuperar, mas também os mercados exportadores reduziram-se para o Brasil. Em fins do século XVII e início do século XVIII a produção continuou a crescer, porém terminara a era da elevada lucratividade. A concorrência antilhana acarretou o declínio dos preços do açúcar em relação à primeira metade do século, e a demanda por escravos nas Antilhas ocasionou o aumento dos preços dos cativos, reduzindo, assim, os lucros dos produtores brasileiros. Nas duas últimas décadas do século a economia brasileira passou por uma relativa depressão, e a Coroa, preocupada, começou a procurar novos mercados e produtos para reviver a economia colonial.

Entre as várias tentativas de desenvolver novos recursos, a Coroa começou a explorar o interior da colônia em busca de riquezas minerais.